

FORMAÇÃO CONTÍNUA  
FORMAÇÃO AÇÃO  
MODULAR CERTIFICADA  
IN COMPANY

WWW.IFORMA.PT

# Boletim

## Materiais de Construção



### ■ NOTA DE ABERTURA

#### *Opções duvidosas!*

É inegável que a presente crise económica tem características muito distintas das outras crises cíclicas, mais ou menos habituais e, mesmo, diferentes de uma situação de guerra.

A constatação desse facto evidente justifica que sejamos prudentes e humildes na avaliação do mérito e da oportunidade das medidas que o governo adotou e daquelas que os deputados têm proposto e aprovado na Assembleia da República.

Acresce que a situação de sobre-endividamento em que o Estado e as empresas já viviam não facilita em nada e restringe de forma dramática o leque de opções...

Idealmente, a resposta a um choque tão forte do lado da procura passaria pelos seguintes passos: primeiro, assegurar a sobrevivência das empresas (oferta) e evitar o disparar do desemprego; num segundo momento, estimular a procura e facilitar o financiamento das empresas para acelerar a recuperação económica.

As medidas associadas à primeira fase são tipicamente os apoios às folhas salariais (lay-off), as moratórias e garantias de créditos e o diferimento e a redução de impostos, diminuindo o risco de insolvências (de empresas e de famílias). Na segunda fase, devem adicionar-se a estas medidas (cuja manutenção é necessária até à recuperação efetiva), um conjunto de estímulos, incluindo subsídios (transferências diretas para famílias e pequenos negócios) e incentivos fiscais, para recuperar rapidamente os níveis de consumo, bem como o financiamento de longo prazo da atividade empresarial, que permita encaixar e recuperar os prejuízos sofridos durante a crise e outras medidas que favoreçam o reequilíbrio dos rácios de capital (por exemplo, créditos fiscais).

Importante, em qualquer caso, é ajustar as medidas à necessidade de salvaguardar, o mais possível, a sobrevivência da maioria das empresas e de preservar a capacidade do tecido económico e social para a fase de recuperação. Em síntese,

assegurar a liquidez e evitar ruturas nos sistemas financeiros e de pagamentos.

Ainda é cedo para fazer um balanço definitivo, mas tudo indica que em Portugal estamos a ficar claramente aquém do desejável e, porventura, do necessário.

Sabemos que temos meios muito limitados, mas também há situações que poderiam ter tido uma abordagem diferente e cuja ausência de atuação é difícil de entender. Referimo-nos, especificamente, aos seguros de crédito, que são hoje um instrumento essencial para limitar o risco nas operações de crédito que prevalecem nas transações entre empresas, garantindo o normal funcionamento das cadeias de abastecimento, quer ao nível industrial, quer da construção ou mesmo da distribuição de todo o tipo de bens e serviços.

A crise atual fez disparar o risco de incumprimento e as seguradoras de crédito viram-se obrigadas a apertar critérios e a reduzir carteiras e montantes de responsabilidades, logo a partir do início de maio, com cortes da ordem dos 30% a 50%.

Para se ter uma ideia, as responsabilidades do seguro de crédito em Portugal, em 31 de dezembro de 2019, ultrapassavam os 24 mil milhões de euros, distribuídos entre os 11 mil milhões para a exportação e os 13 mil milhões para o mercado interno e abrangendo algo com 100 mil empresas beneficiárias.

A muito custo e com visível atraso, o Governo lá disponibilizou um reforço de garantias públicas para apoiar os seguros de crédito à exportação para os países da OCDE, mas para o mercado interno continua a “engonhar”, desculpando-se com um pedido de autorização a Bruxelas que continua por fazer.

Percebemos que o dinheiro não chega para tudo, mas quando se põem mil e duzentos milhões na TAP custa-nos aceitar que não se considere disponibilizar dinheiro para manter alguma normalidade no funcionamento de uma parte tão substancial da economia. Ou julgam que é possível ir ao banco pedir mais crédito para passar a pagar a pronto aos fornecedores?

#### ■ LEGISLAÇÃO

##### COVID-19

Estado de Alerta, Contingência e Calamidade

Prolongado lay-off simplificado

Margem de lucro líquido na venda de máscaras e gel desinfetante

Férias gozadas durante o período de aplicação do lay-off

#### ■ FISCALIDADE

##### IRC

Correção das Taxas de Derrama 2019

#### ■ DIVERSOS

PENSÃO DE INVALIDEZ

Pedido online

# COVID-19

## ■ ESTADO DE ALERTA, CONTINGÊNCIA E CALAMIDADE DE 1 A 14 DE JULHO

O Conselho de Ministros reunido no passado dia 25 de junho aprovou a Resolução 51-A/2020, publicada no D.R. do dia seguinte, que prossegue o processo de desconfinamento das medidas excecionais adotadas no âmbito do combate ao COVID-19, declarando, para o período de 1 a 14 de julho de 2020, o **ESTADO DE ALERTA PARA A GENERALIDADE DO TERRITÓRIO CONTINENTAL**, o **ESTADO DE CONTINGÊNCIA PARA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (AML)** e o **ESTADO DE CALAMIDADE PARA 19 FREGUESIAS DOS CONCELHOS DE AMADORA, LISBOA, LOURES, ODIVELAS E SINTRA**.

De acordo com a referida **RESOLUÇÃO**, disponível em <https://dre.pt/application/file/a/136675416>, que prolonga igualmente de 28 para 30 de junho o Estado de Calamidade declarado pela Resolução do Conselho de Ministros 40-A/2020, de 29 de maio:

### 1. ESTADO DE CALAMIDADE

Abrange as seguintes 19 freguesias dos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Sintra:

#### AMADORA:

Alfragide, Águas Livres, Falagueira-Venda Nova, Encosta do Sol, Venteira, Mina de Água

#### LISBOA:

Santa Clara

#### LOURES:

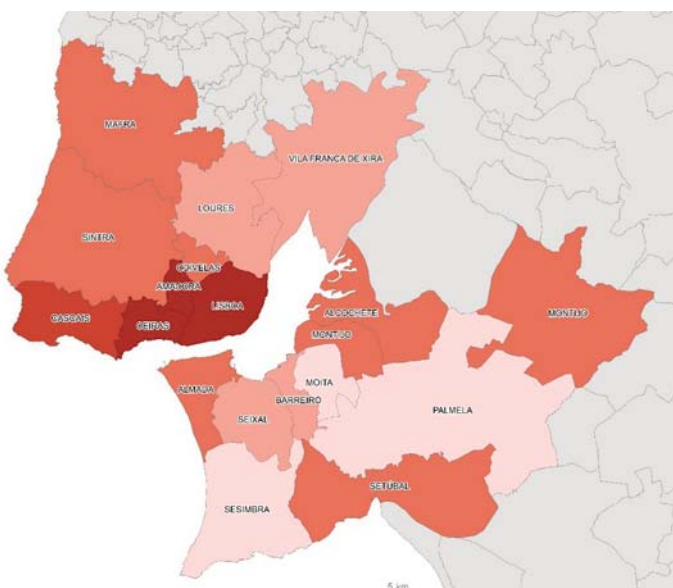
União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação e União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho

#### ODIVELAS:

União de Freguesias da Pontinha e Famões, União de Freguesias Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, Ramada/Canças, Odivelas

#### SINTRA:

União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, Algueirão-Mem Martins, União de Freguesias de Cacém e São Marcos, União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, União de Freguesias de Queluz e Belas, Rio de Mouro



- Concentrações de pessoas que não pertençam ao mesmo agregado familiar limitadas a 5.
- Dever cívico de recolhimento domiciliário, exceto para um conjunto de atividades, designadamente para efeitos e desempenho de atividades profissionais.

### 2. ESTADO DE CONTINGÊNCIA

- Abrange a Área Metropolitana de Lisboa (AML).
- Concentrações de pessoas (...) limitadas a 10.
- Mantém-se a regra de que todos os estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços, bem como os que se encontrem em conjuntos comerciais, encerram às 20h00, exceto supermercados, que podem encerrar às 22h00, não podendo vender bebidas alcoólicas depois das 20h00.

### 3. ESTADO DE ALERTA

- Abrange todo o território nacional continental, com exceção da AML e freguesias supra referidas.
- Concentrações de pessoas (...) limitadas a 20.

4. É alargada a todo o território a proibição, já estabelecida para a AML, do **CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM ESPAÇOS AO AR LIVRE DE ACESSO AO PÚBLICO E VIAS PÚBLICAS**, excetuando-se os espaços exteriores dos estabelecimentos de restauração e bebidas devidamente licenciados para o efeito.

Clarifica-se que não são consideradas concentrações de pessoas para efeitos de aplicação deste regime os eventos de natureza cultural desde que cumpram determinadas regras.

Deixam de estar encerradas as praças e instalações taumáquicas, as termas e os spa's.

**MANTÉM-SE A NECESSIDADE, POR RAZÕES DE SAÚDE PÚBLICA, DE OBSERVÂNCIA DE REGRAS DE OCUPAÇÃO, PERMANÊNCIA E DISTANCIAMENTO FÍSICO, BEM COMO REGRAS DE HIGIENE**; e renovam-se medidas excecionais e específicas quanto a atividades relativas aos estabelecimentos de comércio a retalho, de prestação de serviços, estabelecimentos de restauração.

O **GOVERNO** aprovou ainda o Decreto-Lei 28-B/2020, de 26 de junho, disponível em <https://dre.pt/application/file/a/136675415>, que estabelece o regime contraordenacional aplicável à violação dos deveres estabelecidos no âmbito do estado de alerta, contingência e calamidade declarado pela Resolução supra referida e de alguns deveres estabelecidos pelo Decreto-Lei 10-A/2020, de 13 de março (como os relativos à ocupação, permanência e distanciamento físico, uso de máscaras ou viseiras, suspensão do funcionamento de determinados estabelecimentos que devam permanecer encerrados, horários de funcionamento dos estabelecimentos de comércio a retalho ou de prestação de serviços e lotação máxima dos transportes).

Passa a ser sancionado com coima o não uso de máscara ou viseira para acesso ou permanência nos espaços e estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, nos edifícios públicos ou de uso público onde se prestem serviços ou ocorram atos que envolvam público, nos estabelecimentos de ensino e creches e no interior de salas de espetáculos, de exibição ou de filmes cinematográficos ou similares, quando antes só era sancionado (coima de € 120 a € 350) nos transportes coletivos de passageiros.

As coimas são de € 100 a € 500 no caso de pessoas singulares e de € 1000 a € 5000 no caso de pessoas coletivas, re-

duzidas a metade em caso de negligência, competindo a fiscalização à GNR, PSP, Polícia Marítima, Polícias municipais e ASAE e a instrução dos processos à Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

## ■ **MARGEM DE LUCRO LÍQUIDO NA VENDA DE MÁSCARAS E GEL DESINFETANTE**

A ASAE é de parecer – que interessa, por ser o organismo fiscalizador – que **É LÍQUIDA A MARGEM DE LUCRO** limitada a 15% na comercialização por grosso ou a retalho de máscaras, gel desinfetante e outros dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, imposta pelo Despacho 5503-A/2020, de 13 de maio, e em vigor desde 14 de maio p.p..



FAQ 49 (<https://www.asae.gov.pt/covid-19-asae/faqs3.aspx#49>):

**COM A PUBLICAÇÃO DO DESPACHO CONJUNTO N.º 5503-A/2020, DE 13 DE MAIO, QUAL A MARGEM DE LUCRO (BRUTO OU LÍQUIDO) QUE SE TEM DE ATENDER NA COMERCIALIZAÇÃO, POR GROSSO E A RETALHO, DOS DISPOSITIVOS MÉDICOS E DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL ELENCADOS NO ANEXO DO DECRETO-LEI 14-E/2020, DE 13 DE ABRIL?**

Não obstante não ter sido especificado, nem no artigo 8.º-B da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a última redação dada pela Lei n.º 14/2020, de 9 de maio, nem no Despacho 5503-A/2020 de 13 de maio, a que margem de lucro (bruta ou líquida) se reporta a norma, entendemos que a margem de lucro a atender deve ser a margem de lucro líquida, por duas razões básicas, primeiro pelo elemento histórico e depois em respeito pelo princípio penal “in dubio pro reo”.

No que respeita ao elemento histórico, referir que em 1957, o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 41 204 de 24 de julho de 1957, já revogado, consagrava como crime de especulação: “...a venda de produtos ou mercadorias por preço superior ao legalmente fixado ou, na falta de tabelamento, com **MARGEM DE LUCRO LÍQUIDO** superior a 10 por cento nas vendas por grosso e de 15 por cento nas vendas a retalho.” Sublinhado nosso.

De facto, o lucro bruto é uma forma de indicar a relação entre os gastos de uma empresa para produzir os seus produtos e o retorno que ela obtém pelo seu trabalho e é por isso que este lucro é mais voltado para a atividade produtiva.

Considerando que estamos, em muitos casos, na área da comercialização, entendemos que para além das despesas inerentes à produção, devem também considerar-se as

restantes despesas inerentes a toda a cadeia, desde a produção até à colocação no mercado para a venda ao consumidor final.

Por outro lado, considerando que o diploma é omissivo no que respeita ao lucro líquido ou bruto, e subsumindo o incumprimento da margem de lucro definida pelo Despacho, ao crime de especulação nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro, corre-se o risco de em sede processual não ser possível enquadrar algumas condutas como crime de especulação atento ao princípio do in dubio pro reo.

(Outras FAQ da ASAE sobre o COVID-19 em <http://www.asae.gov.pt/covid-19-asae/faqs3.aspx>).

Lembramos que a limitação a 15%, da margem de lucro (líquida) na comercialização por grosso e a retalho incide sobre os seguintes dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual: 1 — Máscaras cirúrgicas para uso por profissionais de saúde, de uso único e reutilizáveis. 2 — Máscaras cirúrgicas para uso social, de uso único e reutilizáveis. 3 — Semimáscaras de proteção respiratória. 4 — Máscaras com viseira integrada. 5 — Batas cirúrgicas. 6 — Fatos de proteção integral. 7 — Cógulas. 8 — Toucas. 9 — Manguitos. 10 — Proteção de calçado - Cobre-botas. 11 — Proteção de calçado - Cobre-sapatos. 12 — Luvas de uso único. 13 — Óculos de proteção. 14 — Viseiras. 15 — Zaragatoas.

## ■ **MEDIDAS ESPECIAIS PARA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

A evolução desfavorável da situação da pandemia da doença Covid-19 nos últimos dias levou o Governo a aprovar medidas especiais para a Área Metropolitana de Lisboa (AML), em vigor desde as 00h00 de 23 de junho, consubstanciadas na **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS 45-B/2020**, de 22 de junho.

Na AML:

- O acesso, circulação ou permanência de pessoas em espaços frequentados pelo público, bem como as concentrações de pessoas na via pública, voltam a ficar limitados a 10 pessoas, salvo se pertencerem ao mesmo agregado familiar
- Todos os estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços, ainda que localizados em conjuntos comerciais, encerram às 20H00 (com exceção dos estabelecimentos de restauração exclusivamente para efeitos de serviço de refeições no próprio estabelecimento, assim como dos estabelecimentos de restauração e similares que prossigam a atividade de confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio, diretamente ou através de intermediário, os quais não podem fornecer bebidas alcoólicas no âmbito dessa atividade)
- É proibida a venda de bebidas alcoólicas nas áreas de serviço ou nos postos de abastecimento de combustíveis
- É proibido o consumo de bebidas alcoólicas em espaços ao ar livre de acesso ao público, excetuando-se os espaços exteriores dos estabelecimentos de restauração e bebidas devidamente licenciados para o efeito e nos termos da limitação supra referida.

Incorre no crime de desobediência quem desrespeitar o disposto supra, prevendo ainda o Governo aprovar no próximo conselho de ministros o quadro sancionatório (coimas) que promova e assegure o cumprimento destas regras



## ■ **PRORROGADA PRÁTICA DE ATOS POR MEIOS DE COMUNICAÇÃO À DISTÂNCIA**



O Decreto-Lei 30-A/2020, de 29 de junho, prorrogou por mais 6 meses, até 31 de dezembro de 2020, a vigência das normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito dos processos que correm termos nos julgados de paz, dos atos,

processos e procedimentos de registo e dos procedimentos conduzidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, aprovadas pelo Decreto-Lei 16/2020, de 15 de abril.

## ■ **PROLONGADO LAY-OFF SIMPLIFICADO. APOIOS À NORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E AOS TRABALHADORES**

Em execução da Resolução do Conselho de Ministros 41/2020, de 6 de junho, o Decreto-Lei 27-B/2020, de 19 de junho, procedeu à 2.ª alteração do Decreto-Lei 10-G/2020, de 26 de março, prorrogando até 30 de setembro de 2020 (terminava a 30 de junho) o apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial (lay-off simplificado) e aprovando o respetivo regime transitório.

Criou ainda um complemento de estabilização para os trabalhadores com retribuição base igual ou inferior a duas vezes o salário mínimo (€ 1.270) e um incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial.

### **LAY-OFF SIMPLIFICADO**

As empresas que não tenham recorrido ao lay-off simplificado (apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial) apenas podem apresentar os respetivos requerimentos iniciais com efeitos até 30 de junho de 2020, podendo nesse caso prorrogar mensalmente a aplicação da medida, até ao máximo de 3 meses.

Não obstante o referido supra, as empresas e estabelecimentos obrigados a encerrar por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental podem aceder ou manter o lay-off simplificado e prorrogá-lo enquanto se mantiver esse dever, não se aplicando pois a duração limite de 3 meses.

As empresas que tenham recorrido ao lay-off simplificado e que tenham atingido o limite de renovações (3 meses) até 30 de junho de 2020 podem beneficiar da prorrogação desse apoio até 31 de julho de 2020 (a Resolução supra referida prevê a criação de um novo mecanismo de apoio à retoma progressiva, a regular em diploma próprio, cuja entrada em vigor ocorrerá no mês de agosto p.f.).

Mantém-se, em qualquer dos casos referidos, o benefício da dispensa de contribuições a cargo da empresa para a segurança social.

### **COMPLEMENTO DE ESTABILIZAÇÃO**

A atribuir de forma oficiosa pela segurança social aos trabalhadores cuja retribuição base em fevereiro/2020 fosse igual ou inferior a 2 salários mínimos (€ 1.270) e que entre abril e junho tenham estado pelo menos 1 mês completo com o contrato suspenso ou com redução do tempo de trabalho ao abrigo do regime do lay-off simplificado.

O complemento corresponde à diferença entre os valores da retribuição base declarados relativos ao mês de fevereiro/2020 e ao mês civil completo em que o trabalhador esteve abrangido pelo lay-off em que se tenha verificado a maior diferença, com o limite mínimo de € 100 e máximo de € 351, sendo pago em julho de 2020.

### **INCENTIVO EXTRAORDINÁRIO À NORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL**

A atribuir pelo IEFP às empresas que tenham recorrido e beneficiado do lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação previstos no DL 10-G/2020, revestindo 2 modalidades de apoio à escolha da empresa por cada trabalhador abrangido por estas medidas:

1. Apoio no valor de 1 salário mínimo (€ 635), pago de uma só vez (assim estava previsto no art. 10.º do diploma ora revogado); ou
2. Apoio no valor de 2 salários mínimos (€ 1.270), pago de forma faseada ao longo de 6 meses.

O montante do apoio é determinado de acordo com a média aritmética simples do número de trabalhadores abrangidos por cada mês de aplicação desse apoio, quando o período de aplicação das medidas tenha sido superior a 1 mês, sendo reduzido proporcionalmente no caso de ter sido inferior a 1 mês ou inferior a 3 meses.

Acresce ao apoio previsto na modalidade indicada com o n.º 2 o direito a dispensa parcial de 50% do pagamento de contribuições para a segurança social a cargo da entidade empregadora, com referência aos trabalhadores abrangidos pelas medidas. Dispensa que será total durante 2 meses caso exista criação líquida de emprego, através da celebração de contratos de trabalho sem termo nos 3 meses subsequentes ao final da concessão deste apoio, relativamente aos empregos criados em termos líquidos, obrigando-se a empresa a manter o novo nível de emprego durante 180 dias.

As dispensas parcial e total de contribuições são reconhecidas oficiosamente pela segurança social.

### **DEVERES**

As empresas que beneficiem do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial não podem fazer cessar contratos de trabalho ao abrigo das modalidades de despedimento coletivo, despedimento por extinção do posto de trabalho ou despedimento por inadaptação, nem iniciar os respetivos procedimentos, (...) devendo ainda manter as situações contributiva e tributária regularizadas, sob pena de cessação imediata do apoio e restituição/pagamento do já recebido/isentado.

Consulte o DL 27-B/2020 em [www.apcmc.pt](http://www.apcmc.pt) ou <https://dre.pt/application/file/a/136260642>

## ■ **SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS**

A Portaria 149/2020, de 22 de junho, procedeu à regulamentação dos termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito de não suspensão, até 30 de setembro de 2020, do fornecimento de água, energia elétrica, gás natural e comunicações eletrónicas, consagrada na Lei 7/2020, de 10 de abril.

## ■ **PROTEÇÃO (MORATÓRIA) DOS CRÉDITOS DAS EMPRESAS E FAMÍLIAS**

O Decreto-Lei 26/2020, de 16 de junho, procedeu à alteração do Decreto-Lei 10-J/2020, de 26 de março, que aprovou medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia do COVID-19.



O «novo» regime:

- Alarga o universo dos potenciais beneficiários e o âmbito das operações de crédito abrangidas e prorroga de forma genérica a vigência da moratória até 31 de março de 2021 (30 de setembro, antes)
- Estende automaticamente a moratória ao período adicional, até 31/03/2021, das entidades beneficiárias que a ela já haviam aderido, caso estas não comuniquem a sua oposição até ao dia 20 de setembro de 2020
- Estabelece a data de 30 de junho de 2020 como data limite para as famílias, empresas e demais entidades beneficiárias que ainda não tenham aderido à moratória, mas que o pretendam fazer, comunicarem às instituições a intenção de o fazer
- Passa a ser aplicável também a cidadãos que não tenham residência em Portugal, abrangendo assim os cidadãos emigrantes
- Permite que os fatores de quebra de rendimentos se possam verificar não só no mutuário como em qualquer dos membros do seu agregado familiar, prevendo um novo fator de elegibilidade associado à quebra comprovada de rendimento global do agregado por forma a proteger mutuários que não se enquadrem nas outras situações já abrangidas
- Amplia a moratória a todos os contratos de crédito hipotecário, bem como ao crédito aos consumidores para finalidade de educação, incluindo para formação académica e profissional
- Clarifica que o regime contempla todos os créditos bonificados e que a aplicação da moratória não dá origem a qualquer penalização a este respeito
- Ajusta o regime especial de concessão de garantias pessoais prestadas pelo Estado, de forma a, por um lado, abranger os seguros de crédito, nas transações entre empresas, no mercado interno, que assumem uma função essencial quer para a dinamização do mercado interno, quer na manutenção da capacidade exportadora das empresas nacionais e, por outro lado, adequar o regime às situações em que a garantia é concedida no contexto de iniciativas, programas ou outras medidas de apoio adotadas no quadro da União Europeia, nomeadamente por instituições europeias, ou ao abrigo de instrumentos ou mecanismos europeus

Consulte [aqui](#) do Decreto-Lei 10-J/2020, com as alterações operadas até à data.

## **COVID-19 - ORIENTAÇÕES E GUIAS ÚTEIS ÀS EMPRESAS DO SETOR**

Aceda, com um simples click, a alguns Guias, Orientações e Recomendações editados pela Direção-Geral de Saúde (DGS), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Governo e outras entidades, no âmbito do combate à pandemia do COVID-19.

### **DGS**

#### **GUIA DE RECOMENDAÇÕES POR TEMA E SETOR DE ATIVIDADE (09/06/2020)**

<https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/06/Tab-equivale%CC%82ncia-novo-formato-V5.11.pdf>

#### **SAÚDE E TRABALHO - MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA COVID-19 NAS EMPRESAS (28/04/2020)**

[https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/04/Manual\\_SO\\_Empresas-2a.pdf](https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/04/Manual_SO_Empresas-2a.pdf)

#### **GUIA CASA+ «TRABALHAR A PARTIR DE CASA E CUIDAR DA SAÚDE MENTAL» (abril/2020)**

<https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/guia-casa-trabalhar-a-partir-de-casa-e-cuidar-da-saude-mental-pdf.aspx>

### **UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR PESSOAS NÃO-PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

(Orientação nº 019/2020, de 3/4)  
<https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0192020-de-03042020-pdf.aspx>

### **LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES EM ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO OU SIMILARES**

(Orientação nº 014/2020, de 21/3)  
<https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0142020-de-21032020-pdf.aspx>

### **MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (ORIENTAÇÃO Nº 011/2020, DE 17/3)**

<https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/i026012.pdf>

### **PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO, CONTROLO E VIGILÂNCIA EM EMPRESAS**

(Orientação nº 006/2020, de 26/02)  
<https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Orientacao%CC%A7a%CC%83o-006.pdf>

### **MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO**

(cartazes, folhetos informativos, materiais sobre isolamento, vídeos, sessões webinar...)  
<https://covid19.min-saude.pt/materiais-de-divulgacao/>

### **GOVERNO**

#### **PLANO DE DESCONFINAMENTO**

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=145dfa9e-1f15-418c-9295-6388d7d5faff>

### **ACT**

#### **A19 RECOMENDAÇÕES - ADAPTAR OS LOCAIS DE TRABALHO/PROTEGER OS TRABALHADORES**

[https://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Itens/Noticias/Documents/19\\_MEDI-DAS-280420.pdf](https://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Itens/Noticias/Documents/19_MEDI-DAS-280420.pdf)

### **CCP**

#### **GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA O COMÉRCIO E SERVIÇOS**

[https://www.apcmc.pt/wp-content/uploads/Guia\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_para\\_o\\_Comercio\\_e\\_Servicos.pdf](https://www.apcmc.pt/wp-content/uploads/Guia_de_Boas_Praticas_para_o_Comercio_e_Servicos.pdf)

## ■ **PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL**

O Conselho de Ministros no passado dia 4 de junho o Programa da Estabilização Económica e Social (PEES).

De acordo com o respetivo Comunicado, o PEES, cujas medidas carecem ainda de publicação, assenta em quatro eixos:

**EMPRESAS** – mecanismos de financiamento, moratórias bancárias, IRC, fundos de capitalização de empresas, teletrabalho, promoção de cadeias curtas de distribuição, promoção de novas áreas de negócio e aceleração de PME.

**INSTITUCIONAL** – finanças regionais e locais, contratação pública, Tribunal de Contas, criação de um Banco de Fomento, capacitação da Administração Pública, promoção de uma maior justiça laboral e fiscal, crescimento do alcance da simplificação administrativa (SIMPLEX SOS), reforma do processo de insolvência e recuperação de empresas e forma como deve ocorrer a gestão e alienação do património do Estado.

**EMPREGO** – apoios à contratação, orientações que deve seguir o regime pós lay-off, promoção da formação e requalificação profissional, implementação de melhorias em matéria de higiene e segurança no trabalho, incentivo e apoio ao autoemprego e ao empreendedorismo, proteção de trabalhadores independentes e informais e dinamização económica do emprego.

**SOCIAL** – reforço do Sistema Nacional de Saúde, apoio à proteção de rendimentos, promoção da universalização da escola digital, implementação de uma estratégia nacional de combate à pobreza, ao apoio à juventude e infância e às reformas em matéria de habitação.

Circular 86 (<https://www.apcmm.pt/wp-content/uploads/circular-86-2020.pdf>)

## **PRIMEIRA APRECIAÇÃO DA CCP, CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL AO PEES, PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL**

1. Quanto às linhas de financiamento com garantia do Estado, a CCP congratula-se que o Governo tenha finalmente decidido utilizar o valor máximo permitido pela Comissão Europeia (13 mil milhões de euros), esperando, no que aos seguros de crédito diz respeito, que finalmente se resolvam os problemas com que se debatem as empresas no acesso a este instrumento. As medidas previstas para a capitalização, ainda que insuficiente, são positivas, assim como a previsão da constituição de um Banco de Fomento com valências alargadas;

2. Quanto ao LAY-OFF continuamos a considerar que teria sido preferível a extensão, ainda que com ajustamentos, até Setembro do regime em vigor, de forma a evitar a repetição de atrasos e das sucessivas correções que se verificaram anteriormente;

3. A CCP considera positivo o lançamento de um pacote para o comércio e serviços, tal como esta Confederação tem vindo a solicitar ao Governo, que ajude a responder a esta fase de transição, pacote que se devidamente concretizado pode contribuir, quer para um melhor aproveitamento das potencialidades do digital, quer para a própria adaptação ao contexto COVID 19; Faltam, no entanto, medidas que contribuam para a resolução do problema das rendas comerciais durante o período do encerramento ou suspensão.

4. Dececionante é a quase ausência de medidas na área fiscal. Mesmo quanto ao Pagamento por Conta e não sendo ainda possível fazer uma avaliação dos resultados do 1º semestre, ainda assim é nossa convicção que irá gerar dificuldades a muitos empresários. Faltam claramente medidas como a eliminação da cláusula que agrava as tributações autónomas nas empresas que apresentem prejuízos e muitas empresas irão apresentar prejuízos em 2020 ou a possibilidade de compensação de créditos não fiscais com dívidas fiscais.

(05.06.2020)

O PEES foi posteriormente publicado em D.R., aprovado pela **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS 41/2020**, de 6 de junho, que pode consultar [aqui](#) e da qual realçamos as medidas seguintes (que serão aprovadas e publicadas ainda em diploma específico) e o cenário macroeconómico com que o Governo as justifica:

### **1 - CENÁRIO MACROECONÓMICO 2020-2021**

	2019 INE	2020 Estimativa	2021 Previsão
		OE 2020 suplementar	
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real (%))</b>			
PIB	2,2	-6,9	4,3
Consumo privado	2,2	-4,3	3,8
Consumo público	1,1	3,1	-0,8
Investimento (FBCF)	6,6	-12,2	6,1
Exportações de bens e serviços	3,7	-15,4	8,4
Importações de bens e serviços	5,3	-11,4	7,0
<b>Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)</b>			
Procura interna	2,7	-5,1	3,8
Procura externa líquida	-0,6	-1,8	0,4
<b>Evolução dos preços (taxa de variação, %)</b>			
Deflator do PIB	1,7	1,0	0,4
Taxa de inflação (IPC)	0,3	-0,2	0,4
<b>Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)</b>			
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	0,8	-3,9	1,7
Taxa de desemprego (5 da população ativa)	6,5	9,6	8,7
Produtividade aparente do trabalho	1,4	-3,1	2,5
<b>Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)</b>			
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	0,8	0,3	0,6
Saldo da balança corrente	0,0	-0,6	-0,3
da qual: saldo da balança de bens e serviços	0,2	-0,7	0,2
Saldo da balança de capital	0,8	1,0	0,9

## 2 - APOIOS AO EMPREGO

### 2.1 - ATIVAR.PT - PROGRAMA REFORÇO DE APOIOS AO EMPREGO E À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ATIVAR.PT Apoios ao emprego, em especial para novos desempregados – reforço de 106 + 70 milhões de € (M€)  
 ATIVAR.PT Formação Profissional – reforço de 35 M€  
 Requalificação profissional no ensino superior – 70 M€  
 Apoios à Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (licenciados, mestres, doutores) – 18,1M€



### 2.2 - APOIOS AO EMPREGO NA RETOMA

#### APOIO À RETOMA PROGRESSIVA (713 M€)

O novo lay-off, que substituirá o simplificado, prevê a progressiva convergência da retribuição do trabalhador para 100% do seu valor, o pagamento pela empresa de todas as horas trabalhadas e a progressiva redução da isenção de contribuições para a segurança social, aplicando-se às empresas que tenham beneficiado do lay-off simplificado e mantenham quebras de faturação iguais ou superiores a 40%

#### INCENTIVO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO À NORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL (169 M€ + 434 M€)

As empresas que recorrerem ao lay-off simplificado podem agora beneficiar de um apoio extraordinário à normalização da atividade, podendo escolher entre:

- *apoio one-off* – 1 salário mínimo (€ 635) por cada trabalhador abrangido pelo lay-off simplificado
- *apoio ao longo de 6 meses* - 2 salários mínimos por trabalhador, pagos em 2 ou 3 tranches ao longo de 6 meses, e redução de 50% de contribuições nos primeiros 3 meses, podendo a empresa, se nos 3 meses seguintes ao final da concessão do apoio houver criação líquida de emprego face aos 3 meses homólogos, ficar isenta de contribuições pelo período de 2 meses, na proporção do ganho de emprego e desde que mantenha esse ganho de emprego por um período de 6 meses.

### 2.3 — PROTEÇÃO DE RENDIMENTOS (70 M€)

Criação do Complemento de Estabilização, para apoiar extraordinariamente os trabalhadores que estiveram em lay-off num dos meses de abril a junho, que auferiram entre 1 e 2 salários mínimos e tiveram redução de rendimento.

É pago em julho, em montante igual à perda de rendimento de 1 mês de lay-off, podendo variar entre 100 e 351 €.

### 2.4 — PROTEÇÃO DE TRABALHADORES INDEPENDENTES E INFORMAIS (38 M€)

Apoio mensal de 1 IAS (438,82€) a trabalhadores independentes e informais em situação de desproteção social, entre julho e dezembro 2020, que serão, entre outros requisitos, obrigados a integrar-se/vincular-se na segurança social durante 36 meses (30 meses após o fim do prazo – dezembro/2020) e a entregar contribuições sobre o apoio recebido.

#### «NOVO» LAY-OFF

	Julho	Agosto/setembro		Agosto/setembro	
Elegibilidade	Encerradas e > 40% quebra faturação	>= 40% quebra faturação	>= 60% Quebra faturação	>= 40% Quebra faturação	>= 60% Quebra faturação
Medida	Suspensão ou redução do PNT	Redução horário de trabalho até 50%	Redução horário de trabalho até 70%	Redução horário de trabalho até 40%	Redução horário de trabalho até 60%
Contribuições para a segurança social	Isenção total	Grandes empresas – redução 50%		Sem redução	
		Isenção total MPMES		Redução de 50%	
Salário	Horas trabalhadas ou não trabalhadas pagas a 66%	Horas trabalhadas pagas a 100%			
		Horas não trabalhadas pagas a 66%		Horas não trabalhadas pagas a 80%	
Segurança Social	70% das horas trabalhadas e não trabalhadas	Horas trabalhadas: 0%			
		Horas não trabalhadas: 70%			
Retribuição do trabalhador	66%	Pelo menos 83%	Pelo menos 83%	Pelo menos 92%	Pelo menos 88%



### 3 - EMPRESAS

#### LINHAS DE CRÉDITO

- Reforço em 6.800 M€ das linhas de crédito com garantia do Estado até final de 2020
- Lançamento de linhas de crédito com garantia pública com dotação global até 1000 M€, destinadas a financiamentos até 50.000 € de micro e pequenas empresas de todos os setores de atividade

#### SEGUROS DE CRÉDITO

- reforço das garantias para cobertura pública em 2.000 M€

#### MORATÓRIAS BANCÁRIAS

- Extensão da vigência da atual moratória até 31/03/2021
- Alargamento dos beneficiários e novos fatores de elegibilidade

#### PAGAMENTO POR CONTA DE IRC/2020

##### Limitação:

- até 50% (quebra de faturação > 20% no 1.º semestre
- até 100% (quebra de faturação > 40% no 1.º semestre e setores de alojamento e restauração)

#### TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS

- Não aplicação do agravamento das tributações autónomas devidas pelas empresas com lucros em anos anteriores e que apresentam prejuízo fiscal em 2020

#### REPORTE DE PREJUÍZOS

- Desconsideração dos anos de 2020 e 2021 para efeitos de contagem do prazo de utilização dos prejuízos vigentes a 1/1/2020
- Reporte dos prejuízos de 2020 e 2021 em 10 anos, nas empresas com prazo de reporte de 5 anos
- Aumento, de 70% para 80%, do limite de dedução, se nestes 10 p.p. estiverem em causa prejuízos fiscais de 2020 e 2021.

#### CRÉDITO FISCAL EXTRAORDINÁRIO DE INVESTIMENTO

- dedução à coleta de IRC de 20% das despesas de investimento realizadas no 2.º semestre de 2020 e no 1.º semestre de 2021, até ao limite de 5 M€, a usar por um período máximo de 5 exercícios e com a obrigação de manutenção de postos de trabalho durante o período de utilização do crédito fiscal, com um mínimo de 3 anos.

#### ADAPTAR 2.0 - ADAPTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS 2020/2021 (100 M€)

- auxiliar e estimular micro e PME dos setores secundário e terciário a atualizar e remodelar os seus estabelecimentos e unidades de produção, modernizando-os e adaptando-os no atual contexto

#### COMÉRCIO DIGITAL (40 M€)

- promoção do comércio eletrónico (apoio à adesão a plataformas já existentes), à reformulação de websites (desde que possuam integração com a cadeia logística ou sistemas de reservas acoplados) e à conceção de projetos por parte de associações empresariais ou comerciais, que se encontrem igualmente associados a soluções logísticas descarbonizadas

#### MOBILIZAÇÃO DO FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO (47 M€)

- incentivar e dinamizar o comércio local e a prestação de serviços de proximidade, nas perspetivas da inovação na gestão, da cooperação entre operadores económicos e da qualificação da evidência física

#### BANCO DE FOMENTO

- integrar a Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA, SPGM - Sociedade de Investimento, SA, e PME Investimento numa única instituição – Banco Português de Fomento, SA –, que se afirme como banco promocional de desenvolvimento e que permita explorar sinergias através de uma maior articulação e integração dos apoios ao investimento, à inovação e à internacionalização da economia.

#### FOMENTO ÀS CONCENTRAÇÕES E AQUISIÇÕES DE PME REALIZADAS EM 2020

#### «BOLSA DE VALOR» - PROGRAMA FACILITADOR DA COMPRA E VENDA DE EMPRESAS

#### CRIAÇÃO DO ADICIONAL DE SOLIDARIEDADE SOBRE O SETOR BANCÁRIO (0,02 pp), adstrito à segurança social

#### PROCESSO EXTRAORDINÁRIO DE VIABILIZAÇÃO DE EMPRESAS (PEVE)

- de caráter temporária, para ser utilizado por qualquer empresa que, não tendo pendente PER, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente ou atual em decorrência da crise económica provocada pela pandemia do COVID-19.

#### OBRIGATORIEDADE DE RATEIOS PARCIAIS NOS PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA

- em todos os processos de insolvência pendentes em que haja produto de liquidação igual ou superior a 10.000€, cuja titularidade não seja controvertida

#### PLANOS PRESTACIONAIS

- para empresas em insolvência, PER ou RERE, com planos aprovados e a cumprir esses planos, Incluir nos mesmos, sujeitos às mesmas condições (sem exigência de garantias adicionais e com possibilidade de pagamento até ao limite máximo de prestações em falta do plano aprovado), as dívidas fiscais e à segurança social cujo facto tributário tenha ocorrido ou venha a ocorrer entre 9/3/2020 e 30/6/2020, permitindo-lhes ainda, caso os planos prestacionais em curso terminem antes de 30 de dezembro, que o número de prestações aplicável às novas dívidas possa ser estendido até essa data.

#### REGIME TRANSITÓRIO DE REDUÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS (EM PROCESSOS QUE CESSEM POR ACORDO, TRANSAÇÃO OU MERA DESISTÊNCIA)

#### REFORÇO DOS JUÍZOS DE COMÉRCIO E DO TRABALHO

### ■ GUIA DE RECOMENDAÇÕES POR TEMA E SETOR DE ATIVIDADE

A Direção-Geral de Saúde (DGS) emitiu no passado dia 9 de junho o Guia de Recomendações por tema e setor de atividade

<https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/06/Tab-equivalencia-CC%82ncia-novo-formato-V5.11.pdf>



**DGS** desde 1899  
Direção-Geral da Saúde



■ **AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO AÉREO**

Portugal autorizou o tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para os países que integram a UE, dos países associados ao Espaço Schengen (Liechtenstein, Noruega, Islândia e Suíça) e do Reino Unido (nos termos do Acordo de Saída entre UE e RU).

De acordo com o Despacho 6756-C/2020, de 30 de junho (retificado pela Declaração de Retificação 480-A/2020, de 1/7), que produz efeitos de 1 a 15 de julho de 2020, :

1. São ainda autorizados os voos com origem em países com uma avaliação epidemiológica positiva, no caso Argélia, Canadá, Coreia do Sul, Marrocos, Tunísia e China, sob reserva de confirmação de reciprocidade.

2. Fica interdito o tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a UE ou que não sejam países associados ao Espaço Schengen, com exceção, exclusivamente para viagens essenciais, de voos com origem e para países de expressão oficial portuguesa (do Brasil, apenas dos provenientes de e para São Paulo e de e para o Rio de Janeiro) e dos voos com origem e para os Estados Unidos da América (dada a presença de importantes comunidades portuguesas).

A interdição não se aplica aos voos destinados a permitir o regresso a Portugal dos cidadãos nacionais ou aos titulares de autorização de residência em Portugal, nem aos voos destinados a permitir o regresso aos respetivos países de cidadãos estrangeiros que se encontrem em Portugal, desde que tais voos sejam promovidos pelas autoridades competentes de tais países, sujeitos a pedido e acordo prévio, e no respeito pelo princípio da reciprocidade.

No que respeita às exceções supra referidas, os passageiros têm, porém, de apresentar no momento da partida comprovativo de teste ao COVID-19, com resultado negativo, realizado nas últimas 72 horas antes do embarque, sob pena de lhes ser recusada a entrada em Portugal. Caso sejam cidadãos nacionais e cidadãos estrangeiros com residência legal em Portugal que excepcionalmente não sejam portadores de comprovativo do teste ao COVID-19, com resultado negativo, são de imediato encaminhados para a realização do referido teste a expensas próprias.

■ **RELATÓRIO ÚNICO / 2019**

Nova data limite de entrega – 31 de outubro

■ **FÉRIAS GOZADAS DURANTE O PERÍODO DE APLICAÇÃO DO LAY-OFF  
- DGERT E ACT ESCLARECEM**

Em face das recentes notícias amplamente veiculadas na comunicação social, nomeadamente no sentido de que «não há gozo de férias enquanto o contrato de trabalho está sus-

penso» e que «empresas impõem férias com corte salarial a pessoal em lay-off», a DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho) e a ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) emitiram o seguinte esclarecimento conjunto (disponível em <https://www.dgert.gov.pt/esclarecimento-dgert-e-act-ferias-gozadas-durante-o-periodo-de-aplicacao-do-lay-off>):

«1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 295.º do Código do Trabalho, durante a redução temporária de período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho, mantêm-se os direitos, deveres e garantias das partes que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho.

2. A situação de “lay-off” é, porém, excecional no âmbito da relação contratual, pelo que o legislador entendeu necessário regular, especificamente, no artigo 306.º do Código do Trabalho, os efeitos da redução ou suspensão em férias, subsídio de férias ou de Natal.

3. Com efeito, ao contrário do que se verificaria em outras situações de suspensão do contrato de trabalho, o tempo de redução ou suspensão em situação de “lay-off” não afeta o vencimento e a duração do período de férias (n.º 1 do art. 306.º do Código do Trabalho), nem prejudica a marcação e o gozo de férias, nos termos gerais (n.º 2 do art.º 306.º do Código do Trabalho).

4. Em matéria de marcação do período de férias, dentro ou fora da situação de “lay-off”, é necessário atentar nas regras gerais constantes do Código do Trabalho, nomeadamente o n.º 1 do art. 241.º do Código do Trabalho, que refere que o período de férias é marcado por acordo entre empregador e trabalhador.

5. Na falta de acordo, dentro ou fora da situação de “lay-off”, cumprirá, por outro lado, ao empregador, marcar as férias, nos termos gerais, não podendo estas ter início em dia de descanso semanal do trabalhador, ouvindo para o efeito a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, a comissão intersindical ou a comissão sindical representativa do trabalhador interessado (n.º 2 do art. 241.º do Código do Trabalho).

6. Salienta-se que, em pequena, média ou grande empresa o empregador só pode marcar, sem acordo, o período de férias entre 1 de maio e 31 de outubro, a menos que o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou o parecer dos representantes dos trabalhadores admita época diferente (n.º 3 do art. 241.º do Código do Trabalho).

7. Em caso de atividade ligada ao turismo, não havendo acordo quanto a marcação do período de férias, o empregador está obrigado a marcar 25% do período de férias a que os trabalhadores têm direito, ou percentagem superior que resulte de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, entre 1 de maio e 31 de outubro, que é gozado de forma consecutiva.

8. Assim, relativamente ao gozo de férias marcadas, mediante acordo entre empregador e trabalhador, poderá manter-se a marcação das férias e as mesmas serem gozadas nos termos gerais, não sendo estas prejudicadas pelo facto de o trabalhador estar abrangido pela redução ou suspensão do contrato de trabalho em situação de



“lay-off”, sendo que o mesmo acontecerá no caso de as férias serem marcadas unilateralmente pelo empregador, sem acordo, desde que respeitadas as limitações já referidas.

9. Em qualquer dos casos, no que se refere ao pagamento da retribuição do período de férias e do subsídio de férias, importa notar que, ao invés de se limitar a remeter para a regra geral constante dos números 1 e 2 do art. 264.º do Código do Trabalho, o legislador – do mesmo modo que fez em relação ao subsídio de natal (e friso que neste caso é devido por inteiro) – entendeu necessário regular, especificamente, os efeitos da redução ou suspensão e ressaltou que o trabalhador tem direito ao pagamento pelo empregador do subsídio de férias devido em condições normais de trabalho.

10. No entanto, e tratando-se de norma excecional, não se faz qualquer referência ou salvaguarda em relação ao valor da retribuição a receber durante o período das férias. Assim, será necessário proceder à necessária articulação entre o disposto nos números 1 e 3 do art. 305.º e no n.º 2 do art. 306.º do Código do Trabalho, de onde resulta, para o empregador, a obrigação de:

- \* Assegurar o pagamento da compensação retributiva, sendo que, durante o período de redução ou suspensão, o trabalhador tem direito a auferir mensalmente um montante mínimo igual a dois terços da sua retribuição normal ilíquida, ou o valor da retribuição mínima mensal garantida correspondente ao seu período normal de trabalho, consoante o que for mais elevado – este é o valor da “retribuição” do trabalhador enquanto esteja abrangido por uma medida de “lay-off”, sendo que a Segurança Social participa em 70% o valor da compensação retributiva a que o trabalhador tenha direito;
- \* Assegurar o pagamento do subsídio de férias, total ou proporcional, que lhe seria devido em condições nor-

mais de trabalho, ou seja sem qualquer redução, sendo este suportado integralmente pela entidade empregadora.

#### EM CONCLUSÃO:

- \* Nada impede o gozo ou a marcação de férias durante o período de aplicação do “lay-off”, desde que nos termos decorrentes do Código do Trabalho, podendo haver lugar, na falta de acordo, e com as devidas limitações, à marcação unilateral de férias pelo empregador;
- \* Durante o período de férias, o trabalhador em “lay-off” tem direito a receber o subsídio de férias que lhe seria devido em condições normais de trabalho, ou seja sem qualquer redução, e sendo integralmente suportado pela empresa;
- \* Durante o período de férias, o trabalhador em “lay-off” tem direito a receber um montante mínimo igual a dois terços da sua retribuição normal ilíquida, ou o valor da retribuição mínima mensal garantida correspondente ao seu período normal de trabalho, consoante o que for mais elevado.»

## ■ SISTEMAS AVAC NAS UNIDADES DE SAÚDE

A DGS emitiu no passado dia 29 de junho a Orientação n.º 033/2020, sobre Sistemas AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) nas Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde, dirigido a gestores e técnicos de AVAC que integram os SIE – Serviços de Instalações e Equipamentos de Hospitais e de outras Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde.



A orientação pode ser consultada em <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0332020-de-29062020-pdf.aspx>

## ■ MOTORISTAS DE MERCADORIAS. REPOSIÇÃO DOS LIMITES DE CONDUÇÃO E REPOUSO

Através do **COMUNICADO N.º 11** de 1 de junho p.p., o IMT, Ins-



tituto da Mobilidade e dos Transportes, informou ter o Governo comunicado à Comissão Europeia que não iria prolongar a derrogação, em vigor desde 26 de março passado, dos arts 6.º, n.º 1, e 8.º, n.º 6, do Regulamento (CE) 561/2006, de 15 de março, que estabelecem, respetivamente, o limite máximo de condução diária (9h/dia, 10h até 2 vezes por semana), e o limite mínimo de descanso semanal (em cada 2 semanas consecutivas, 2 períodos de pelo menos 45h ou 1 de 45h e outro de 24h).

Assim sendo, tais limites passam a dever ser de novo respeitados a partir de 1 de junho de 2020.~

## ■ SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS – ALTERADO REGULAMENTO TÉCNICO

A Portaria 135/2020, de 2 de junho, procedeu à alteração do Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE), aprovado pela Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro, no objetivo de, passados que são mais de 10 anos:

- \* Adequar os requisitos técnicos relativos a vias de acesso e acessibilidades às fachadas, a disponibilidade de água, a vias de evacuação, a sistemas de deteção de incêndio, a redes de combate a incêndio



e às exigências de reação e resistência ao fogo de materiais e elementos de construção

- \* Adequar as exigências relativas às medidas de autoproteção através da flexibilização da organização de segurança e clarificar alguns conceitos
- \* Estabelecer um tratamento particular para os recintos itinerantes ou provisórios, face à desadequação e excessividade do atual regime.

Esta portaria entra em vigor no próximo dia 1 de agosto, aplicando-se ainda as regras atuais aos projetos de edifícios e recintos cujo pedido de licenciamento ou apresentação de comunicação prévia ocorra até essa data.

## ■ TRANSPORTE TERRESTRE DE MERCADORIAS PERIGOSAS POR ESTRADA

O Decreto-Lei 24-B/2020, de 8 de junho, procedeu à alteração do Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril, que aprovou o regime do transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo para o Direito nacional a Diretiva 2018/1846 da Comissão, de 23 de novembro.

A alteração (essencialmente restrita aos anexos) é justificada pela necessidade de adaptar o regime ao progresso científico e técnico.

# Geberit renova catálogo

AMORIM CORK INSULATION	Argex	BANEMA	BMI	BOSCH	CINPOR	CINCA	COPRAX S.A.
CS	DURAVIT	ELYPUR	erix	FASSA BORTOLO	GEBERIT	GROHE	grupopuma
Gyploc	Iberfuran	ILMAR	KERAFOLL	Leca	MAPEI	OLI	
Onduline	PECOL	PERECERAM	profilpas	REFRAL	Roca	RÜBI	-rubicer
Schluter Systems	SECIL	SEDACOR	SIEMENS	Sika	SONAE INDUSTRIA	SOPREMA	SOUDAL
spit	TEKA	TEV2	UHU	Volcalis	weber		





## ■ IRC - CORREÇÃO DAS TAXAS DE DERRAMA 2019

Face às alterações/correções solicitadas pelos municípios de Penafiel e Torre de Moncorvo, a AT procedeu através do **Ofício Circulado 20224/2020**, de 5 de junho, à alteração e republicação do Ofício Circulado 20218/2020, de 19 de fevereiro, pelo qual tinha procedido à divulgação das taxas de derrama municipal incidentes sobre o rendimento tributável de IRC relativo ao exercício de 2019.

O Ofício Circulado pode ser consultado em [https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao\\_fiscal/legislacao/instrucoes\\_administrativas/Documents/Oficio\\_circulado\\_20224\\_2020.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/instrucoes_administrativas/Documents/Oficio_circulado_20224_2020.pdf)

## ■ PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS JULHO

WWW.PORTALDASFINANCAS.GOV.PT

**NOTA: ESTA INFORMAÇÃO NÃO INCLUI AS ALTERAÇÕES, PRORROGAÇÕES, DIFERIMENTOS E MEDIDAS DE NATUREZA SIMILAR RELATIVAS A OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS E DE PAGAMENTO DE NATUREZA FISCAL E CONTRIBUTIVA APROVADAS NO ÂMBITO DO COMBATE AO COVID-19, QUE SÃO OBJETO DE INFORMAÇÃO AUTÓNOMA**

### SUMÁRIO

#### ATÉ AO DIA 10

- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - ENTREGA DE DECLARAÇÕES (JUN.20)
- IRS - DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES AT (JUN.20)

#### ATÉ AO DIA 13

- IVA - COMUNICAÇÃO À AT DAS FATURAS EMITIDAS EM JUN.20

#### ATÉ AO DIA 17

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - DECLARAÇÃO PERIÓDICA (MAI.20)

#### ATÉ AO DIA 20

- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - PAGAMENTO (JUN.20)
- SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES - PAGAMENTO (JUN.20)
- FUNDO DE COMPENSAÇÃO - PAGAMENTO (JUN.20)
- IRC/IRS - RETENÇÕES NA FONTE (JUN.20)
- SELO - PAGAMENTO DO RELATIVO A JUN.20
- IVA - DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA - REGIMES MENSAL E TRIMESTRAL
- IRS / 2020 - 1.º PAGAMENTO POR CONTA

#### ATÉ AO DIA 25

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - PAGAMENTO (MAI.20)

#### ATÉ AO DIA 31

- IRC / 2019 - DECLARAÇÃO MODELO 22
- IUC - PAGAMENTO - VEÍCULOS C/ ANIVERSÁRIO DE MATRÍCULA EM AGO.20
- IRC / 2020 - 1.º PAGAMENTO POR CONTA
- IRC / 2020 - 1.º PAGAMENTO ADICIONAL POR CONTA DA DERRAMA ESTADUAL
- SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES - DECLARAÇÃO TRIMESTRAL

WWW.PORTALDASFINANCAS.GOV.PT

*Disclaimer – Este texto é meramente informativo, não é exaustivo, não dispensa a consulta dos textos legais ou o cumprimento de outras obrigações previstas em disposições legislativas, regulamentares ou administrativas, não responsabilizando a Autora.*

### ■ ATÉ AO DIA 10

#### IVA – PERIODICIDADE MENSAL – DECLARAÇÃO PERIÓDICA

Deve ser entregue a declaração de remunerações relativa ao mês de **JUNHO DE 2020**, exclusivamente através da Segurança Social Direta, incluindo pelo empregador que seja pessoa singular e com apenas um trabalhador ao seu serviço.

#### IRS – DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES (AT)

As entidades que pagaram ou colocaram à disposição de residentes em território português, em **JUNHO DE 2020**, rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos ou excluídos de tributação, nos termos dos artigos 2º e 12º do

CIRS, devem proceder ao envio, pela Internet, da Declaração Mensal de Remunerações (AT) para comunicação de tais rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e quotas sindicais.

Estão **DISPENSADAS DESTA OBRIGAÇÃO** as entidades que não exerçam atividades empresariais ou profissionais ou, exercendo-as, tais rendimentos não se relacionem exclusivamente com essas atividades, as quais podem optar por declarar tais rendimentos na declaração anual modelo 10.

### ■ ATÉ AO DIA 13

#### IVA – COMUNICAÇÃO DAS FATURAS À AT

Os sujeitos passivos de IVA são obrigados a comunicar à AT, por via eletrónica, os elementos das faturas que emitiram em **JUNHO DE 2020**.

### ■ ATÉ AO DIA 17

#### IVA – PERIODICIDADE MENSAL – DECLARAÇÃO PERIÓDICA

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem proceder à entrega, via Internet, da declaração periódica relativa ao IVA apurado no mês de **MAIO DE 2020**, acompanhada dos anexos que forem devidos.

### ■ ATÉ AO DIA 20

#### IVA – COMUNICAÇÃO DAS FATURAS À AT

Os sujeitos passivos de IVA são obrigados a comunicar à AT, por via eletrónica, os elementos das faturas que emitiram em **JUNHO DE 2020**.

#### SEGURANÇA SOCIAL – REGIME GERAL – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **JUNHO DE 2020**.

#### SEGURANÇA SOCIAL – INDEPENDENTES – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **JUNHO DE 2020**.

#### FUNDO DE COMPENSAÇÃO – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das entregas devidas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) relativas a **JUNHO DE 2020**.

#### IRS/IRC – RETENÇÕES NA FONTE

Deve ser declarado através da Internet e entregue o IRS retido pelas entidades que, possuindo ou devendo possuir contabilidade organizada, atribuíram no mês de **JUNHO DE 2020** rendimentos enquadráveis nas **CATEGORIAS B** (empresariais e profissionais), **E** (capitais) e **F** (prediais).

Também as entidades, com ou sem contabilidade organizada, que tenham pago ou colocado à disposição no mês de **JUNHO DE 2020** rendimentos enquadráveis nas **CATEGORIAS A** (trabalho dependente) e **H** (pensões), deverão declarar pela mesma via e entregar o IRS retido na fonte.

O mesmo se diga para as importâncias retidas no mês de **JUNHO DE 2019** sobre rendimentos sujeitos a IRC.

#### IMPOSTO DO SELO – PAGAMENTO

Deve ser declarado através da Internet e entregue pelas empresas e outras entidades sobre quem recaia tal obrigação o imposto do selo liquidado no mês de **JUNHO DE 2020**.

#### IVA – DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA

##### – TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Deve ser entregue a Declaração Recapitulativa, via Internet,

pelos sujeitos passivos do regime normal de periodicidade mensal que em **JUNHO DE 2020** efetuaram transmissões intracomunitárias de bens e ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Também os sujeitos passivos isentos ao abrigo do art.º 53.º do CIVA que tenham efetuado prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, em junho de 2020 quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, devem proceder à entrega da Declaração Recapitulativa, via Internet.

#### IRS – 1.º PAGAMENTO POR CONTA / 2020

Os sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos da categoria B (rendimentos empresariais e profissionais) deverão, se for o caso, proceder ao **1.º PAGAMENTO POR CONTA** do IRS devido a final, relativo ao exercício fiscal em curso.

Não são exigíveis pagamentos por conta quando o valor de cada um deles for de valor inferior a € 50, cessando a obrigação de os efetuar quando o sujeito passivo verifique, pelos elementos de que dispõe, que as retenções já efetuadas (acrescidas, quando for o caso, dos pagamentos por conta entretanto feitos relativos ao mesmo ano) são iguais ou superiores ao IRS devido a final, bem como quando deixe de auferir rendimentos da categoria B.

A cessação dos pagamentos por conta não está sujeita a qualquer formalidade ou comunicação por parte do sujeito passivo.

Os 2.º e 3.º pagamentos por conta deverão efetuar-se até 21 de setembro e 21 de dezembro p.f., respetivamente.

#### ■ ATÉ AO DIA 25

##### IVA – PERIODICIDADE MENSAL – PAGAMENTO

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem, se for caso disso, proceder ao pagamento do IVA apurado no mês de **MAIO DE 2020**.

#### ■ ATÉ AO DIA 31

##### IRC / 2019 – ENTREGA DA DECLARAÇÃO MODELO 22

Os sujeitos passivos de IRC devem entregar a declaração periódica de rendimentos modelo 22 relativa ao exercício fiscal de 2019, acompanhada, se for caso disso, do Anexo A (derrama e regiões autónomas) e do Anexo B (regime simplificado).

Para os sujeitos passivos que tenham adotado período de tributação diferente do ano civil, o prazo decorre até ao último dia útil do 5.º mês posterior ao seu termo.

Com a entrega da declaração ou posteriormente, mas sempre até 31 de julho, deve ser efetuado, se for caso disso, o pagamento do imposto que se mostre devido.

#### IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

Deve ser liquidado e pago o Imposto Único de Circulação (IUC) relativo a 2020 pelos veículos cujo aniversário de matrícula ocorra no mês de **JULHO**.

A liquidação do IUC é efetuada pelo próprio sujeito passivo através da Internet (obrigatório para as pessoas coletivas), podendo também sê-lo em qualquer serviço de finanças, em atendimento ao público.

#### IRC – 1.º PAGAMENTO POR CONTA / 2020

Os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e os não residentes com estabelecimento estável no país, deverão efetuar o **1.º PAGAMENTO POR CONTA** do IRC devido a final e relativo ao exercício fiscal em curso.

Os contribuintes são dispensados de efetuar pagamentos por conta quando o imposto liquidado relativo ao exercício de 2019 tiver sido inferior a € 199,52.

O montante global dos pagamentos por conta corresponde:

- a 80% do imposto referido no parágrafo anterior – para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2017 igual ou inferior a € 500.000;
- a 95% do referido imposto – para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2017 superior a € 500.000.

Cada pagamento por conta corresponde a 1/3 do resultado desta operação, sendo arredondado, por excesso, para euros.

Os 2.º e 3.º pagamentos por conta devem efetuar-se até 30 de setembro e 15 de dezembro p.f., respetivamente, podendo porém o sujeito passivo não efetuar o 3.º caso verifique que os já efetuados são iguais ou superiores ao IRC devido a final, ou fazê-lo pela diferença entre as entregas já efetuadas e o imposto que julgar devido, não estando tal ato sujeito a qualquer formalidade ou comunicação por parte do sujeito passivo.

#### IRC – 1.º PAGAMENTO ADICIONAL POR CONTA DA DERRAMA ESTADUAL / 2020

Os sujeitos passivos de IRC que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e os não residentes com estabelecimento estável no país que em 2018 apresentaram lucro tributável superior a 1.500.000€ devem efetuar o **1.º PAGAMENTO ADICIONAL POR CONTA** da derrama estadual.

A derrama estadual é apurada pela aplicação das taxas de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ até 7.500.000€, de 4,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000€ até 35.000.000€ e de 8,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 35.000.000€, sendo paga em 3 pagamentos adicionais por conta, devendo o montante que ainda estiver em dívida ser pago até ao último dia de Maio do ano seguinte àquele a que respeita.

O valor de cada pagamento adicional por conta é igual a 1/3 do montante resultante da ou das taxas supra, arredondado, por excesso, para euros.

Os 2.º e 3.º pagamentos adicionais por conta decorrem até 30 de setembro e 15 de dezembro p.f., respetivamente.

#### SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES

##### - DECLARAÇÃO TRIMESTRAL

Os trabalhadores independentes (TI) sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva devem proceder à declaração, através da área reservada da segurança social direta, dos valores totais dos rendimentos associados à produção e venda de bens e à prestação de serviços relativos ao 2.º trimestre de 2020 (passíveis de correção/substituição até ao 15 de agosto).

Até ao último dia dos meses de abril, julho, outubro e janeiro os TI devem proceder à declaração (trimestral) dos rendimentos auferidos no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres, respetivamente.

A declaração trimestral deve ainda ser apresentada imediatamente antes da suspensão ou cessação da atividade.

## ■ PEDIDO ONLINE DA PENSÃO DE INVALIDEZ

Desde 24 de junho p.p que é possível efetuar online, através da área reservada da Segurança Social Direta, o pedido de pensão de invalidez.

A nova funcionalidade permite ainda a consulta do estado do processo, informando sobre o sucesso da entrega do pedido, se este se encontra em análise ou se já obteve uma decisão.

## ■ BREXIT - PROCEDIMENTOS E CONTROLOS ADUANEIROS DO REINO UNIDO A PARTIR DE 1/1/2021

Conforme é sabido, o Reino Unido saiu da UE no passado dia 31 de janeiro de 2020, passando a ser considerado um país terceiro.

Desde então, e até 31 de dezembro de 2020, decorre o designado período transitório, durante o qual se mantêm as regras do Mercado Único Europeu e da União Aduaneira.



Porém, após essa data nada será como antes. Haja ou não um acordo de comércio livre entre as partes (atualmente em negociação), a partir de 1 de janeiro de 2021 as trocas comerciais entre a UE e o Reino Unido passarão a estar sujeitas a procedimentos aduaneiros e a controlos alfandegários, à semelhança do que acontece com qualquer outro país terceiro.

Informamos, assim, que o Reino Unido decidiu introduzir, de forma faseada, esses procedimentos aduaneiros e controlos alfandegários aos produtos oriundos da UE:

\*A partir de 01 de janeiro de 2021 – Os produtos comuns (desde têxteis a eletrónicos) terão apenas de cumprir procedimentos básicos (por exemplo, o importador terá de manter registos suficientes sobre os produtos importados) e beneficiarão de um prazo de 6 meses para concluir de-

clarações aduaneiras, podendo efetuar o pagamento de eventuais direitos aduaneiros só após a apresentação da respetiva declaração aduaneira. Os produtos controlados (como o tabaco e o álcool) serão alvo de verificações. Animais e plantas vivos de alto risco estarão sujeitos a verificações físicas.

\* A partir de abril de 2021 – Para todos os produtos de origem animal, bem como para todas as plantas e produtos de plantas regulados, passará a ser também necessário apresentar pré-notificação e documentação de saúde relevante.

\* A partir de julho de 2021 – Todos os produtos terão de ser acompanhados pelas respetivas declarações aduaneiras e pagar eventuais direitos aduaneiros à entrada no Reino Unido. Quando aplicável, serão exigidas declarações de segurança e proteção. Os produtos agroalimentares sujeitos a medidas de controlo sanitário e fitossanitários serão alvo de um aumento das verificações físicas e de recolha de amostras.

Para mais informações sobre esta matéria, recomenda-se a consulta do website oficial do **Governo Britânico**.

A DGAE, Direção-Geral das Atividades Económicas mantém-se ao dispor para eventuais esclarecimentos e informações adicionais, que podem ser obtidos através do email [info.brexit@dgae.gov.pt](mailto:info.brexit@dgae.gov.pt), criado especificamente para o efeito.

(Fonte: Circular CCP 91/2020, de 19/6)

## ■ RENOVAÇÃO SIMPLIFICADA DO CARTÃO DE CIDADÃO

O Ministério da Justiça informou ontem, 4 de junho, que poderão ser renovados de forma simplificada, desde que não requeiram qualquer alteração de dados ou recolha de dados biométricos, os cerca de 300 mil cartões de cidadão de pessoas com 25 ou mais anos residentes em Portugal que caducaram recentemente e cuja validade foi prorrogada em virtude da pandemia do covid-19, assim como os CC que estejam prestes a caducar.

A renovação passa pela envio de mensagem para o telemóvel (SMS) e pela resposta afirmativa.

Posteriormente o titular do CC receberá na sua morada carta com a referência multibanco para pagamento e a indicação do local para proceder ao respetivo levantamento.

O serviço competente prevê enviar os SMS até:

- 6 de junho - CC caducados entre 24/2 e 31/3
- 13 junho - CC caducados entre 1/4 e 30/4
- 20 junho - CC caducados entre 1/5 e 31/5
- 4 julho - CC caducados entre 1/6 e 30/6

Mais informações em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=renovacao-simplificada-do-cartao-de-cidadao-por-sms>

